



PARA UMA HISTÓRIA INDÍGENA CONTEMPORÂNEA: REVISITAR PERÍODOS E REVER EPISTEMOLOGIAS

TOWARDS A CONTEMPORARY INDIGENOUS HISTORY: REVISITING PERIODS AND REVISING EPISTEMOLOGIES

Victória Santos Silva*

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

 <https://orcid.org/0009-0007-0388-3442>
vssvictoriasantos@gmail.com

O trabalho de Juliana Fernandes, “A Guerra dos 18 anos: uma perspectiva Xakriabá sobre a ditadura e outros fins do mundo”, é uma edição de sua premiada tese de doutorado¹. Sua pesquisa confronta o historiador (não-indígena) que almeja contribuir com o campo da história indígena, evidenciando as limitações interpretativas e epistemológicas próprias da história concebida pelo pensamento ocidental. Nesse sentido, além de trazer uma pesquisa aprofundada a respeito da vivência Xakriabá na ditadura, sua obra suscita reflexões próprias da teoria e metodologia da história.

Fernandes propõe a escrita de uma história indígena a respeito do período da Ditadura Militar que não seja feita a partir da ótica estatal, das políticas indigenistas ou essencialmente da relação entre instituição e povos indígenas. A autora aponta para a necessidade de se produzir uma historiografia que contemple as vivências, experiências e compreensões indígenas sobre os anos que abarcam 1964 a 1988, sem que se pense a História Indígena como mero capítulo de uma História do Estado. Dessa forma, propõe compreender a partir da experiência do povo Xakriabá, em Minas Gerais, suas significações, vivências e formas de resistir durante a ditadura militar (1964-1988).

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bacharela e Licenciada em História pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

¹ A pesquisa recebeu o Prêmio CAPES de Teses – Edição 2021, na área de História.

Para tanto, Fernandes busca mobilizar um aparato teórico-metodológico que seja compatível com suas preocupações, tendo em vista que a própria forma de conceber o tempo, a existência e a história, é distinta em relação às concepções ocidentais e originárias, mas também se difere entre os diferentes povos indígenas. Partindo de sua proposição, que visa romper com uma historiografia “contatualista” (como caracteriza Juliana Fernandes), que pensa a experiência indígena apenas a partir da ótica do contato com as forças do Estado, a autora se utiliza de referenciais teóricos das Ciências Sociais, sobretudo, a Antropologia. Para além do uso da história oral, que possibilitou a valorização dos testemunhos indígenas como fonte², a autora dialogou com pesquisas, trabalhos acadêmicos, escritos e materiais audiovisuais produzidos por autores indígenas.

O livro foi organizado em três partes com respectivos capítulos, a divisão não almeja o estabelecimento de uma linha cronológica, mas parte de um enquadramento temático que busca fornecer condições de compreensão dos sentidos atribuídos pelos Xakriabá ao recorte temporal tratado. Na primeira Parte I, intitulada “Os Xakriabá e alguns de seus repertórios resistentes”, a autora apresenta o histórico de disputas envolvendo a formação do território Xakriabá, as relações que permeiam essa construção e estratégias ancestrais de resistências acionadas. Dá-se destaque para a entrada da RURALMINAS (Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário), a partir de 1940, no território originário.

O segundo movimento de análise recebe o título “Uma guerra (neo)colonial. As batalhas do Sapé”, dedica-se à compreensão da “guerra do Sapé”, construção conceitual nativa que se relaciona ao período da ditadura militar. Neste eixo, destaca-se como a violência das invasões ao território tradicional, com contornos próprios relacionados à política e ao discurso dos governos militares, gera uma “guerra”, que a partir da perspectiva Xakriabá, ataca “corpo”, “cultura” e “Cerrado”. Neste sentido, coloca-se que não só a forma de compreender, atribuir significados aos acontecimentos e resistir são fruto de uma “técnica de memória”, mas a própria “guerra do Sapé” e a “luta pela terra” produzem também uma “técnica de memória”.

Na Parte III “Cosmopolíticas de Memória Xakriabá”, Fernandes aprofunda-se no conceito de “reativação da memória”, de Célia Xakriabá, que abarca as ações coletivas para resgatar ou “levantar”, memórias “adormecidas” (Fernandes, 2022, p.312). Adormecimento que é produzido, em suma, por situações fruto de violências coloniais e

² É essencial destacar que negligenciar a oralidade, em uma cultura onde esse código recebe centralidade, contribui para a perpetuação de uma forma de violência.

neocoloniais. Para tanto, a autora trabalha com a ideia de “pedagogia resistente Xakriabá”, um “saber-fazer com os ensinamentos do território, dos seres que o habitam e dos antepassados” (Fernandes, 2022, p.311), que transmite estratégias de existência. Essa pedagogia, está intimamente ligada a experiência do “tempo da luta” e de todo “sangue derramado” no e pelo território, que aparece como dádiva dos ancestrais aos Xakriabá “do tempo de agora” e os que virão.

A abordagem da autora nos coloca em contato com uma outra forma de pensar e organizar temporalmente o período da ditadura militar brasileira. Apesar de Fernandes propor, inicialmente, um recorte que se inicia com o golpe e se encerra com a promulgação da Constituição, ao buscar fazer uma história indígena, a partir da perspectiva indígena, seu trabalho acaba por perpassar uma dimensão temporal mais alargada. A cronologia é apenas um exemplo dos paradigmas que foram revistos pela autora, aos seus objetivos se impõe a necessidade de revisar certas balizas que se relacionam estritamente à experiência não-indígena no período.

A recorrência a tempos anteriores a 1964, pode ser entendida neste trabalho a partir da necessidade de compreensão das experiências e estratégias acionadas pelos Xakriabá durante a ditadura. Essa dimensão, aponta para o próprio argumento central da autora, que defende que as formulações teóricas sobre a constituição da pessoa e parentesco Xakriabá, dão base para a formulação de estratégias de resistências contracoloniais, que fazem frente às narrativas históricas hegemônicas. Nesse sentido, podemos entender que as experiências anteriores, presentes na memória e história nativa, contribuem para a compreensão da formação de um repertório, que na visão de Fernandes, “particularizaram a ação das lideranças Xakriabá” (Fernandes, 2022, pp.119-120).

Ainda, se o período ditatorial está dentro de um tempo nomeado por este povo como o da “luta pela terra”, a história de lutas por seus territórios tampouco se inicia com o golpe militar. Por conseguinte, devemos destacar que a própria excepcionalidade da ditadura, dentro da história indígena, deve ser pensada por outra lente. A violência e violações de direitos originários não é uma exclusividade dos governos militares. Tal afirmação não se traduz, de forma alguma, em uma redução ou pretensão de “abrandar” o que foi a Ditadura Militar no Brasil, a exemplo de setores negacionistas, passa por entender que não se pode transferir concepções e teorizações, consolidadas, da história não-indígena para a história indígena.

As afirmações acima também não levam à construção de uma indiferenciação da história dos povos originários antes e após 1964. Como defende a autora, nos mostra que se usamos a ótica da violência direcionada aos povos originários, mesmo a violência estatal, o que possuímos é uma história de longa duração, não restrita aos militares. Dentro dessa perspectiva, é fundamental destacar uma fala de Douglas Krenak relatada neste trabalho:

Nessa ocasião, ele nos dizia que para seu povo a “ditadura foi o momento em que a violência atingiu o branco”, já que o histórico de violência estatais contra os Krenak remontava, pelo menos, à declaração de “guerra justa” em 1808. Também destacava como a prática de aldeamento constituiu-se historicamente, como uma das maiores formas de violência contra os povos indígenas. “Aldear é uma manobra militar”, afirmava, comparando os processos de militarização durante a ditadura militar (1964-1988) à longa duração de (des)encontros entre militares e indígenas. (FERNANDES, 2022, p.162).

Para Juliana Fernandes, a dimensão própria dos acontecimentos desenvolvidos pós-golpe é a “associação entre violência, repressão política e expansão capitalista” que se dão margem para o assassinato, espoliação de terras e violências direcionadas a povos indígenas, por ação ou omissão do Estado (Fernandes, 2022, p. 37). Nesse cenário, a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) aparece como uma instituição voltada para contribuir com a implementação dos projetos desenvolvimentistas ditatoriais (Fernandes, 2022, p. 186). Outros autores, como Egon Heck, corroboram com essa leitura. O autor que em 1996 apresentava uma leitura semelhante, argumenta a respeito de um modelo indigenista próprio desenvolvido pela FUNAI, marcado por um viés militarizado e empresarial (Heck, 1996, pp. 82-84). Ainda sobre a criação da instituição, destacamos as considerações de Trinidad:

A FUNAI foi criada sob a premissa do relacionamento desigual entre o indígena e o Estado. A instituição tratou o indígena, oficialmente, como um ser passivo e primitivo que dependia da tutela estatal não só para sobreviver, também para se desenvolver “corretamente”. Esta institucionalização do racismo respondia a este racismo que se aninhava na alma do Brasil. A legislação da qual nasceu a FUNAI (Lei nº 5.371, 5 de dezembro 1967) constata essa situação ao estabelecer uma dominação prática e legislativa sobre o índio, que não dava a ele o direito de negociar ou se opor. (2018, pp. 275-276)

Para além da espoliação e violações promovidas em nome do “progresso”, Juliana Fernandes ressalta uma dimensão da violência direcionada aos povos indígenas

sob uma dimensão pouco trabalhada no campo da história indígena: a repressão. Categoria fundamental para a historiografia da ditadura, quando pensada a partir do tempo do Estado, como define Fernandes nesse trabalho. A repressão, mobilizada dentro da perspectiva aqui adotada, diferencia-se em certo grau do sentido atribuído nos estudos sobre outros grupos vítimas de ações estatais. A ordem repressiva se impõe a partir de um discurso que orienta a busca de uma suposta homogeneidade identitária (Fernandes, 2022, p. 191). Nessa concepção a existência indígena não é vista como uma identidade em si, mas uma condição, a partir de uma leitura evolucionista e racista da cultura. Tal orientação promoveu a busca por uma redução dos povos originários à mão de obra campesina, almejando um extermínio cultural por meio do apagamento de suas culturas tradicionais (Fernandes, 2022, p. 192).

A busca pela dissolução cultural dos povos indígenas foi, segundo a autora, uma das facetas mais violentas do indigenismo oficial (Fernandes, 2022, p.193). Porém, é primordial ressaltar outro aspecto desenvolvido por Juliana Fernandes, que discorre a respeito da própria leitura estatal sobre quem poderia ser considerado indígena. Em momentos distintos do livro, a autora dá ênfase à concepção do indigenismo oficial que além de utilizar discursos biologizantes, argumentando a existência de um indígena “puro” e “verdadeiro”, considerava que a inserção na “sociedade nacional” poderia fazer como que etnias ou indivíduos não pudessem mais ser considerados indígenas. Nesse sentido, possuir documentos, como título de eleitor, foi frequentemente utilizado em discursos para descredibilizar a identidade de lideranças indígenas. Na esteira dos argumentos de cunho biológico e racista, houve quem dentro da FUNAI defendesse avaliação de perímetro encefálico e exames de sangue para determinar “indianeidade” (Fernandes, 2022, pp. 197-199). Tais concepções fortaleceram discursos fora do seio institucional, que para avançar sobre territórios tradicionais, argumentavam sobre a inexistência de indígenas em determinadas regiões³.

Ao afastar-se de trabalhos que leem o contato entre o mundo indígena e o não-indígena pela ótica das perdas culturais, a autora enxerga as transformações culturais como a “atualização de alternativas já presentes nessas matrizes culturais” (Fernandes, 2022, p. 147). Assim, mobiliza a concepção de “indigenização”, onde formas de resistência, experiências, bem como o próprio universo cultural, a partir do qual os

³ No texto de Juliana Fernandes, o debate sobre a figura do “caboclo” aparece em mais de um ponto do livro. O olhar externo para a população Xakriabá, em diferentes momentos da disputa por terra, negou a identidade originária, como eles entendiam a si próprios, sua história, cultura e parentesco.

Xakriabá interagem com o não-indígena, resultam também de um processo secular de elaborações, mas que não se resume aos momentos de contato com a sociedade não-indígena.

O processo de indigenização, referido pela autora, versa sobre a forma como elementos e acontecimentos “externos” ao universo cosmológico Xakriabá são interpretados, significados e mobilizados por estes, sob a luz de cosmovisões próprias (Fernandes, 2022, p.150). Utilizando-se dessa categoria, Fernandes discute como documentos e concepções que em sua essência não possuem origem indígena, são reinterpretados e agenciados de forma a integrar práticas de resistência:

É pertinente ponderar que a própria ideia de defesa de demarcação de territórios indígenas já revela, em si, o resultado de um processo de “indigenização” de um projeto colonial, que levou a práticas de resistência indígena seculares. Como indicado anteriormente, território demarcado não significa, nas epistemologias indígenas, apenas uma porção de “terras cercadas”, mas todo um conjunto de agenciamentos específicos envolvendo a terra, seres não-humanos e pessoas que não dissociam o território de sua própria constituição como sujeito (FERNANDES, 2022, p. 16).

Dentro desta perspectiva, discorre a respeito da criação de “operações historiográficas nativas”, as quais produzem, a partir das experiências históricas, narrativas “indigenizadas” e contracoloniais. Tal processo faz uso central da oralidade e da produção coletiva, que pode indicar um critério de veracidade, como nos indica: “É possível sugerir que, além da importância da produção coletiva das narrativas para a constituição do regime de conhecimento Xakriabá, esteja em questão, nessas observações, um certo critério nativo de veracidade/verdade (Fernandes, 2022, p. 173). Para além, é imprescindível apontar que as leituras indigenizadas expressam uma forma de conceber pessoa, parentesco e história, implicando na ótica Xakriabá todo o universo daquilo que o ocidente vê como não-humano, do âmbito da natureza.

A discussão a respeito da importância de considerar a atribuição de sentido dos distintos povos indígenas para suas experiências, é mais do que essencial ao historiador e constitui uma contribuição imensa do trabalho de Juliana Fernandes. Não há como buscar entender o que foi determinada experiência histórica para um povo sem compreender, ou se aproximar, da ótica pela qual ele se posiciona e vivencia a história. No entanto, é exatamente isso que os historiadores fizeram por um longo período. Ao propor uma posição distinta, Fernandes nos apresenta a experiência Xakriabá, durante o período da ditadura, apreendido como uma guerra multidimensional (2022, p. 204).

Ainda, argumenta que a “inventividade cultural”, inscrita nas práticas e ações durante o período, não podem ser vistas apenas sobre o prisma da “resistência” consagrado na historiografia da ditadura militar, possuindo relações específicas próprias da cosmovisão Xakriabá (Fernandes, 2022, p. 47).

O período relacionado a “guerra do Sapé” demarca um conflito inter e multidimensional, pois, considerando a cosmologia Xakriabá, inclui ataque a “corpos”, “cultura” e “Cerrado”. Dentro dessa visão, a autora chama a atenção para como a devastação do Cerrado fruto do avanço do “desenvolvimento” faz com que “encantados” desapareçam, gerando um desequilíbrio no interior de comunidades Xakriabá. Ainda sobre a terra, o afastamento forçado da população originária dos cursos dos rios e seu confinamento em pequenas áreas do território original, gera uma progressiva piora na qualidade da alimentação desses habitantes e a impossibilidade de cultivar padrões tradicionais de existência. Demarca-se, assim, um tipo de violência que permeia distintas esferas que compõem a vida.

A responsabilidade estatal, como mencionado anteriormente, expressa-se, pela permissividade às entradas no território Xakriabá. Permissividade que em diversas ocasiões se traduziu em colaboração, Fernandes cita a existência de colaboração da Polícia Militar com grileiros em território Xakriabá, mas também de uma classe política detentora de terra. A “chacina Xakriabá”, experiência central da etnia durante os anos da ditadura, quando uma das principais lideranças do “tempo da luta” foi assassinada dentro de seu território, ocorreu também por ingerência do Estado em uma região onde se sabia que registrava invasão e violência de grileiros e posseiros.

Colocada as especificidades da experiência Xakriabá, durante os anos de 1964 a 1988, Juliana Fernandes reflete sobre como o conceito de “justiça de transição”, concebido com os marcos referenciais da experiência não-indígena, é incapaz de dar conta das demandas originárias. Dessa forma, nos confrontamos com a faceta da colonialidade para além da historiografia e academia. A não compreensão ou a negligência da profundidade das violações sofridas pelos Xakriabá, fruto muitas vezes da exclusão de indígenas de espaços decisórios e institucionais ou da sobreposição dos interesses do capital privado, impede uma reparação efetiva.

O trabalho de Juliana Fernandes nos oferece reflexões e caminhos teóricos e epistemológicos fundamentais, mas também enriquece as interpretações a respeito da profundidade da violência produzida pela política indigenista da ditadura militar. “A Guerra dos 18 anos” é um livro primordial a quem se dedica a colaborar com a produção

sobre a história contemporânea dos povos indígenas, deveria também estar entre as leituras de todos os historiadores que se dedicam à temática da ditadura militar brasileira.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Juliana Ventura de Souza. **A Guerra dos 18 anos: uma perspectiva Xakriabá sobre a ditadura e outros fins do mundo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

HECK, Egon Dioniso. **Os índios e a Caserna - Políticas Indigenistas dos Governos Militares - 1964 a 1985**. 1996. 151 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

TRINIDAD, Carlos Benítez. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 257-284, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/9318>. Acesso em 14 ago. 2024.



www.revistafenix.pro.br

Recebido em: 28/08/2024

Parecer dado em: 19/09/2024